



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Dados de atividade devem reforçar perspectiva de baixo crescimento do PIB no 3º trimestre

- A semana será marcada pela divulgação de uma série de indicadores de atividade referentes ao mês de agosto. O IBGE publica os números do varejo e do setor de serviços, enquanto o Banco Central e a FGV divulgam seus respectivos indicadores mensais do PIB.** Na terça-feira (14), será conhecido o resultado do setor de serviços, que deve ficar praticamente estável, com alta esperada de 0,1% no mês, segundo coleta da Bloomberg, ainda assim, o 7º mês seguido de expansão. Na quarta (15), saem os dados do varejo, com expectativa de uma alta de 0,5%, mas, insuficiente para indicar crescimento do setor no trimestre. Por fim, na quinta (16) e sexta (17), o BCB e a FGV publicam suas *proxies* mensais do PIB. No caso do índice IBC-Br, a expectativa do mercado é de alta de 0,8%, após 3 meses de retração, período em que o indicador acumulou queda de 1,9%. No acumulado em 12 meses, o índice ainda deve crescer 3,3%, mas no acumulado do ano, a alta esperada é menor, de 2,6%. Portanto, mesmo com o número positivo esperado para agosto, o índice deve sugerir um baixo crescimento no trimestre, reforçando os sinais de desaceleração da economia, em razão, principalmente, da política monetária contracionista.
- O índice IGP-10 da FGV deve registrar uma alta modesta em outubro.** A expectativa do mercado é de alta de apenas 0,19% em outubro, levando a uma desaceleração do indicador de 2,88% para 1,71% no acumulado em 12 meses, dando força para a perspectiva de continuidade do processo de desinflação no 4T25. O resultado será conhecido na sexta-feira (17).
- Nos EUA, a ausência de acordo para a aprovação do Orçamento mantém suspensas as atividades não essenciais do governo federal.** O *shutdown* tem causado uma série de transtornos no país, como a falta de pessoal nas agências de aviação (FAA) e de segurança do transporte (TSA), impactando voos em diversas cidades. Além disso, indicadores econômicos relevantes também deixaram de ser divulgados. Nesse contexto, a divulgação dos índices de inflação ao consumidor (CPI) e ao produtor (PPI), sob responsabilidade do *Bureau of Labor Statistics* (BLS), previstas para quarta (15) e quinta (16), não devem ocorrer, a menos que haja um acordo entre os partidos. Independente de sua divulgação, por ora, o mercado estima uma alta de 0,4% do CPI em setembro, acelerando de 2,9% para 3,1% no acumulado em 12 meses, enquanto o núcleo permaneceria estável em 3,1% na métrica anual. Portanto, ainda que de forma menos intensa do que a esperada, os dados de inflação devem seguir pressionados em função da elevação das tarifas comerciais. Outro indicador que não deve ser divulgado é o dado do varejo de setembro, previsto para a quinta (16), com expectativa de alta de 0,4% no mês. Neste caso, o órgão responsável é o Census Bureau.
- Contudo, nem todas as informações serão suspensas. Alguns dados de atividade devem ser divulgados, importantes para o mercado calibrar o desempenho da economia norte-americana no 3T25.** O Livro Bege, elaborado pelo Fed, que não foi afetado pela paralisação, deve ser divulgado na quarta (15), enquanto alguns indicadores do setor imobiliário (construção de casas novas e alvarás para novas construções), publicados por entidades privadas, devem ser divulgados na sexta (17).
- Ainda nos EUA, terá início a temporada de divulgação dos balanços corporativos dos principais bancos do país, referentes ao 3º trimestre.** Na terça-feira (14), serão conhecidos os resultados de JP Morgan, Wells Fargo, Citi e Goldman Sachs, enquanto o Bank of America divulga seu balanço na quarta (15). Até o momento, os principais bancos do país tem conseguido apresentar bons resultados, beneficiados no 2T25 pela volatilidade dos mercados, que aumentou as receitas com comissões. Um ponto de atenção deve ser o comportamento dos gastos com PDD, em um ambiente de moderação na geração de vagas de emprego e inflação ainda acima da meta, pressionada recentemente pela elevação das tarifas comerciais.
- Na China, foram divulgadas hoje (13) de madrugada as informações da balança comercial de setembro, que mostraram números acima do esperado.** As exportações avançaram 8,3% ante set/24, enquanto as importações cresceram 7,4%, bem acima dos resultados observados em agosto (4,4% e 1,3%, respectivamente). Os dados de inflação (CPI e PPI) de setembro serão conhecidos nesta terça (14) e devem seguir em terreno deflacionário.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
14/out	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Ago/25	0,1% m/m 2,5% a/a	0,3% m/m 2,8% a/a
15/out	IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	Ago/25	0,5% m/m -2,3% a/a	1,3% m/m -2,5% a/a
16/out	BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)	Ago/25	0,8% m/m 0,8% a/a	-0,5% m/m 1,1% a/a
17/out	FGV: Monitor do PIB	Ago/25	-	-0,6% m/m 1,7% a/a
17/out	FGV: IGP-10	Out/25	0,19% m/m 1,71% a/a	0,21% m/m 2,88% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
13/out	China	Balança Comercial (Exportações / Importações)	Set/25	6,5% a/a 1,8% a/a	4,4% a/a 1,3% a/a
14/out	China	Inflação ao Consumidor (CPI)	Set/25	-0,2% a/a	-0,4% a/a
14/out	China	Inflação ao Produtor (PPI)	Set/25	-2,3% a/a	-2,9% a/a
15/out	Zona do Euro	Produção Industrial	Ago/25	-1,7% m/m	0,3% m/m
15/out	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Set/25	0,4% m/m 3,1% a/a	0,4% m/m 2,9% a/a
15/out	EUA	Fed: Livro Bege	-	-	-
16/out	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Set/25	0,3% m/m 2,6% a/a	-0,1% m/m 2,6% a/a
16/out	EUA	Vendas no varejo	Set/25	0,4% m/m	0,6% m/m
17/out	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Set/25 – final	0,1% m/m 2,2% a/a	0,1% m/m 2,0% a/a
17/out	EUA	Construção de casas novas	Set/25	1,0% m/m	-8,5% m/m
17/out	EUA	Alvarás para novas construções	Set/25	0,9% m/m	-2,3% m/m
17/out	EUA	Produção Industrial	Set/25	0,0% m/m	0,1% m/m

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Energia elétrica puxa inflação para cima em setembro, mas núcleos mostram ligeira melhora

O IPCA subiu 0,48% em setembro, revertendo a deflação registrada em agosto (-0,11%). Apesar da alta, o resultado foi considerado positivo, dado que ficou abaixo do esperado pelo mercado (+0,52%), além de trazer sinais de acomodação em métricas relevantes para a condução da política monetária. Ainda assim, no acumulado em 12 meses, o IPCA segue elevado, atingindo 5,17% (ante 5,13%).

O principal vetor de alta da inflação em setembro foi a energia elétrica, que subiu 10,31% e exerceu impacto de +0,41 p.p. sobre o IPCA, diante do fim da incorporação do Bônus de Itaipu, que havia beneficiado as contas de luz de agosto. Destaca-se ainda a manutenção da bandeira tarifária vermelha nível 2 no mês – de maior custo – além do reajuste tarifário em algumas capitais. Também contribuíram para a alta do mês os combustíveis (+0,89%), com destaque para a gasolina (+0,75%), cujo impacto foi de +0,04 pp, e o grupo vestuário (+0,63%; +0,03 pp).

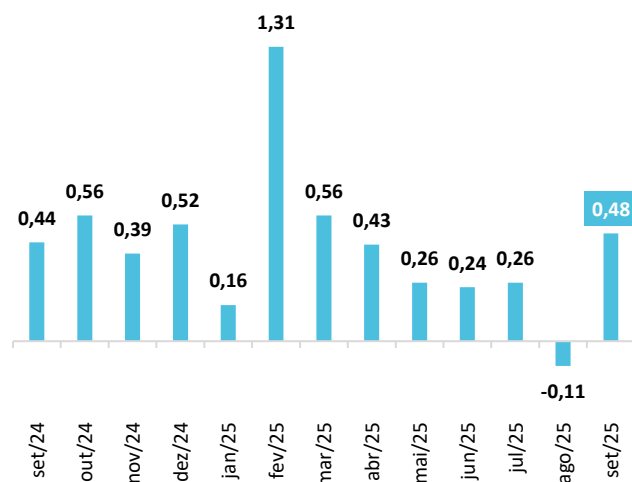
Na outra ponta, os preços dos alimentos consumidos no domicílio recuaram 0,41%, registrando a quarta deflação consecutiva, puxado por *itens in natura* (legumes e hortaliças), carnes e cereais, favorecidos pela sazonalidade positiva e pela queda recente dos preços no atacado. Os artigos de residência (-0,40%) também caíram no mês, com destaque para os eletrodomésticos (-1,54%).

A leitura mostrou melhora de várias métricas qualitativas no mês. O índice de difusão recuou de 56,8% para 52,3%, o segundo menor patamar em mais de um ano. No acumulado em 12 meses, a inflação da alimentação no domicílio desacelerou de 7,01% para 5,97%; dos bens industriais caiu de 3,34% para 3,22%, refletindo ainda os efeitos da apreciação cambial; enquanto a média dos núcleos passou de 5,12% para 5,09%. Já os serviços subjacentes, importante métrica para a condução da política monetária, seguem pressionados (6,76%, ante 6,74%), embora tenham registrado uma alta bastante contida no mês, de apenas 0,03%. Assim, a aceleração do IPCA em base anual refletiu, principalmente, a aceleração dos itens monitorados (de 4,22% para 5,10%), devido à alta nas contas de energia.

Portanto, o IPCA trouxe sinais relativamente positivos em setembro, sugerindo continuidade do processo de desinflação no último trimestre do ano, aumentando a possibilidade de que o índice encerre o ano no teto da meta (4,5%).

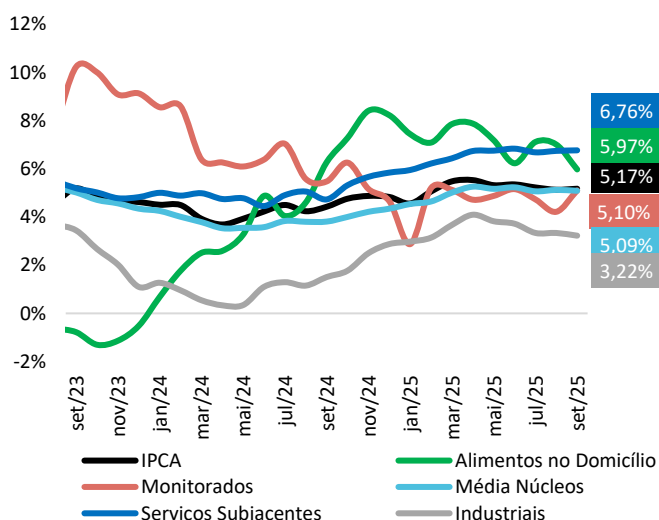
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: IPCA – Var.% mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA e Aberturas Var.% Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

O IGP-DI subiu 0,36% em setembro, também abaixo do esperado (+0,42%), mostrando variações contidas após registrar deflação entre o período de maio e julho. Os preços no atacado (IPA) subiram 0,30% no mês, impulsionados pelos itens agropecuários (+1,89%), como café, milho e carne bovina. Vale lembrar, contudo, que tais itens acumularam queda de cerca de 10,5% entre maio e julho, não despertando ainda maiores preocupações, embora deva levar os preços da alimentação no domicílio ao terreno positivo em breve. Por outro lado, os itens industriais no atacado recuaram 0,25% no mês, a sexta deflação nos últimos sete meses. No acumulado em 12 meses, o IGP-DI desacelerou de 3,0% para 2,31%, reforçando a perspectiva de continuidade do processo de desinflação da economia.

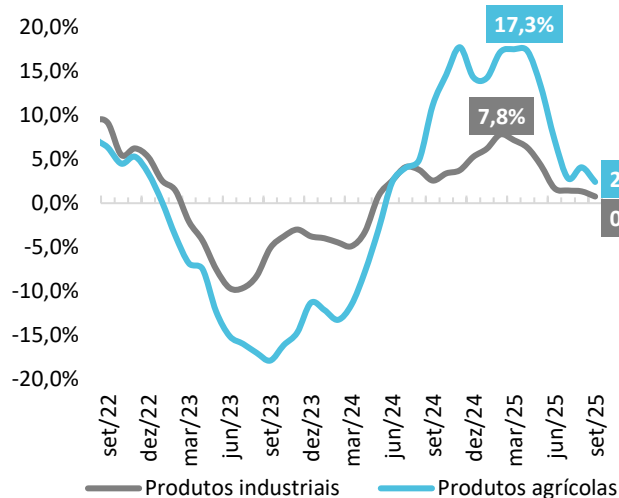
A balança comercial registrou um superávit de US\$ 3,0 bilhões em setembro, abaixo do observado no mesmo mês do ano passado (US\$ 5,1 bi). O resultado foi impactado pela importação de uma plataforma de petróleo no mês, no valor de US\$ 2,4 bi. Desconsiderando esse efeito, o saldo teria sido de US\$ 5,4 bi, pouco superior (+5,4%) ao observado no mesmo período de 2024.

As exportações subiram 7,2% ante set/24, sustentadas pela expansão do volume (*quantum*) exportado (+10,2%) de produtos como carne bovina (+25,1%), milho (+22,5%), soja (+20,2%) e petróleo (+16,6%). Em termos de destino, o avanço do valor exportado foi liderado pela China (+14,7%), países do Sudeste Asiático-ASEAN (+17,3%) e América do Sul (+29,3%). Em contrapartida, as vendas para os EUA caíram 20,3%, refletindo a elevação das tarifas comerciais, com impacto visível na venda de açúcar (-26,6%), por exemplo. Produtos relevantes e tarifados, como as carnes e o café, seguiram com alta. No caso das carnes, como descrito acima, o avanço foi expressivo, sugerindo uma substituição do escoamento das exportações brasileiras para outros destinos.

As importações subiram 17,7% diante do impacto já citado da plataforma de petróleo. Sem tal efeito, a alta teria sido de 7,7%, mantendo um ritmo ainda razoável de crescimento, apesar dos sinais de desaceleração da atividade.

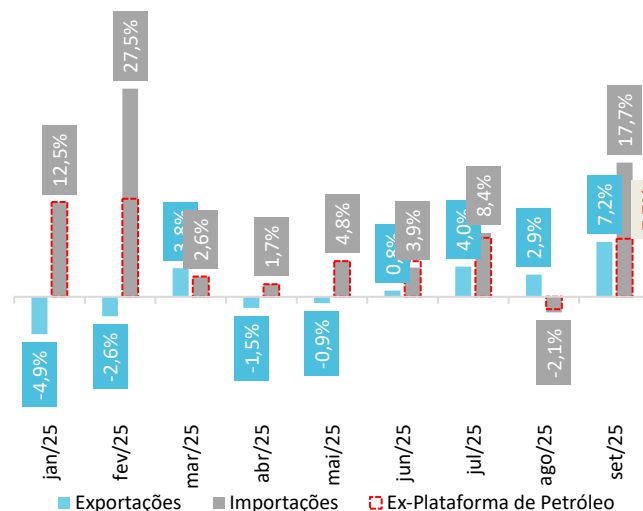
No acumulado do ano, a balança atingiu um superávit de US\$ 45,5 bi, queda de 22,5% em relação ao mesmo período de 2024 (US\$ 58,7 bi). No ano, as importações crescem 8,2%, enquanto as exportações seguem praticamente estáveis (+1,1%). Em 12 meses, o saldo atingiu US\$ 61,0 bi. Nesse contexto, as projeções para o saldo comercial deste ano são mais modestas. O boletim Focus traz estimativa de um saldo de US\$ 64,4 bi em 2025, enquanto a Secex atualizou sua previsão para US\$ 60,9 bi. Como comparação, os saldos de 2023 e 2024 foram de US\$ 98,9 bi e US\$ 74,2 bi, respectivamente.

Quadro 3: IPA-DI Agropecuário e Industrial – Var.% 12 meses



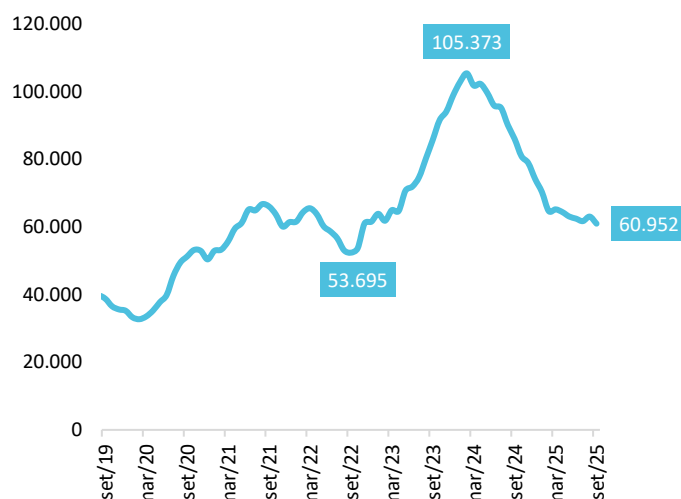
Fonte: FGV

Quadro 4: Exportações e Importações Var.% ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Secex/Mdic

Quadro 5: Balança Comercial – Saldo acumulado em 12 meses – Em US\$ mi



Fonte: Secex/Mdic

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Nova tensão entre os EUA e a China derruba os mercados no fim da semana

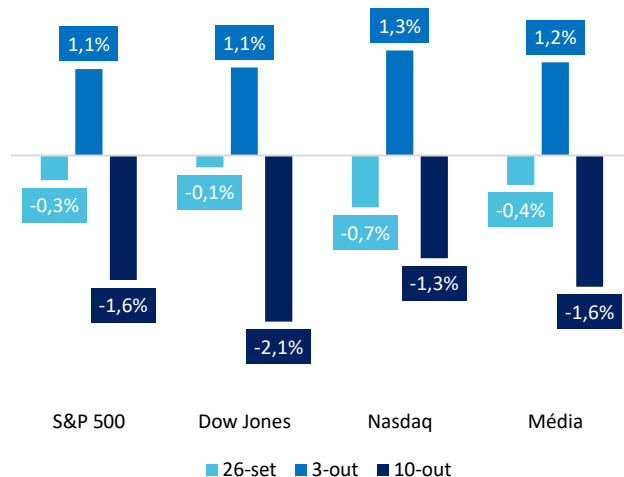
O fim da última semana foi marcado por um novo capítulo da guerra comercial entre os EUA e China, que elevou consideravelmente a aversão ao risco nos mercados, penalizando os principais índices acionários mundiais e moedas de países emergentes. Na quinta, a China anunciou o controle da exportação de terras raras e de tecnologias relacionadas. Como resposta, Trump ameaçou um “aumento massivo” de tarifas sobre os produtos chineses, além de indicar que não pretende mais se encontrar com Xi Jinping durante reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), que será realizada no fim do mês na Coreia do Sul.

Nos EUA, prossegue o impasse para a aprovação do Orçamento dos EUA, com o Senado rejeitando pela 7ª vez um acordo na última semana, mantendo o *shutdown* do governo federal. Na França, a crise política se intensifica, com a renúncia do Primeiro-ministro Lecornu, que teve o mandato mais curto da história recente do país, de apenas 27 dias. Sem muitas alternativas, o presidente Macron reconduziu Lecornu ao cargo neste fim de semana. As dúvidas em torno da capacidade do governo em reduzir o déficit fiscal tem penalizado os ativos franceses, com a taxa de juro do título de 10 anos superando o juro do título italiano, algo inédito desde a criação do euro. Por outro lado, destaque positivo para o acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza entre Israel e Hamas.

O ambiente de elevada incerteza de caráter econômico e geopolítico tem elevado a demanda pelo Ouro, cujo preço ultrapassou a marca de US\$ 4 mil/onça, acumulando uma alta anual próxima a 52%. Um outro fator que também tem contribuído para o fenômeno seria a substituição por parte dos Bancos Centrais de ativos atrelados ao dólar (especialmente *Treasuries*) pelo metal.

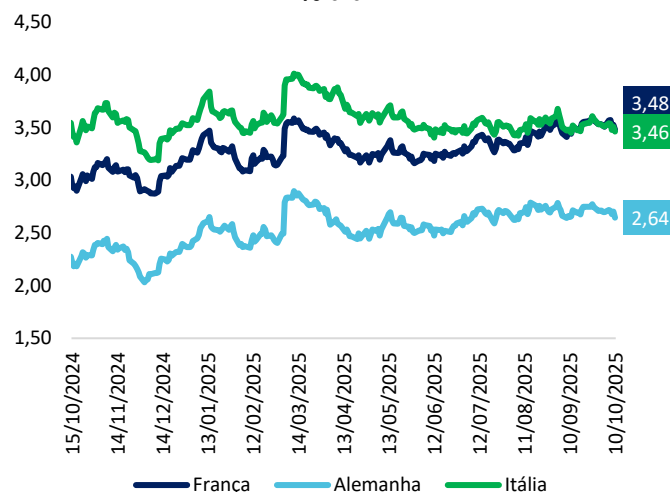
O *shutdown* segue impactando o funcionamento de agências federais e, por sua vez, a divulgação de indicadores econômicos. Na última semana, foram adiadas as divulgações dos pedidos de seguro desemprego, balança comercial, entre outros. Quanto às divulgações, destaque para a ata da última reunião do Fed. O documento reforçou a mensagem que a maioria dos membros do Colegiado está propenso a apoiar novos cortes nos juros até o fim do ano, ao mesmo tempo em que expressaram preocupações com os riscos de alta da inflação. Ainda segundo a ata, os participantes notaram que os riscos para o mercado de trabalho subiram, embora tenham descartado uma queda mais rápida dos juros. No geral, a ata não alterou a expectativa de mais dois cortes de 0,25 pp nas duas últimas reuniões do ano

Quadro 6: EUA – Índices Acionários
Var. % semanal



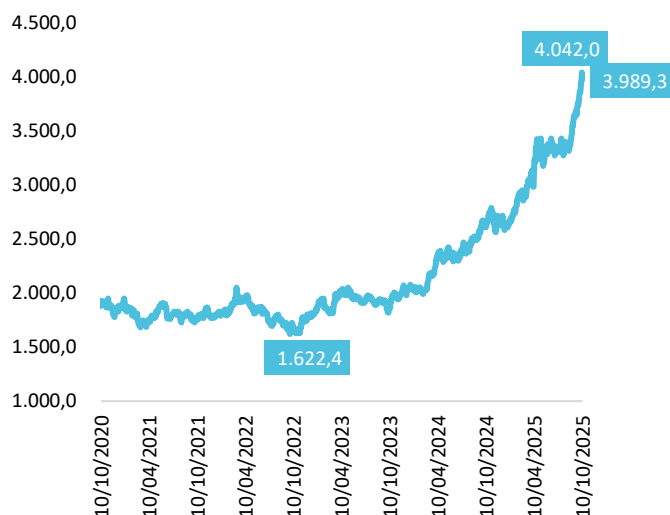
Fonte: Bloomberg.

Quadro 7: Taxa de Juros dos Títulos de 10 anos
% a.a.



Fonte: Bloomberg.

Quadro 8: Preço do Ouro – US\$/onça



Fonte: Bloomberg

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Set/25

A caderneta de poupança seguiu perdendo recursos em setembro, segundo o Banco Central do Brasil. Os saques superaram os depósitos em R\$ 15,0 bilhões no mês, o dobro do registrado no mesmo mês de 2024 (R\$ -7,5 bi, com dados já ajustados pelo IPCA). Este é o sétimo mês do ano em que a modalidade registra saída líquida de recursos, reforçando a perda estrutural de importância da caderneta como fonte de *funding* para o setor bancário.

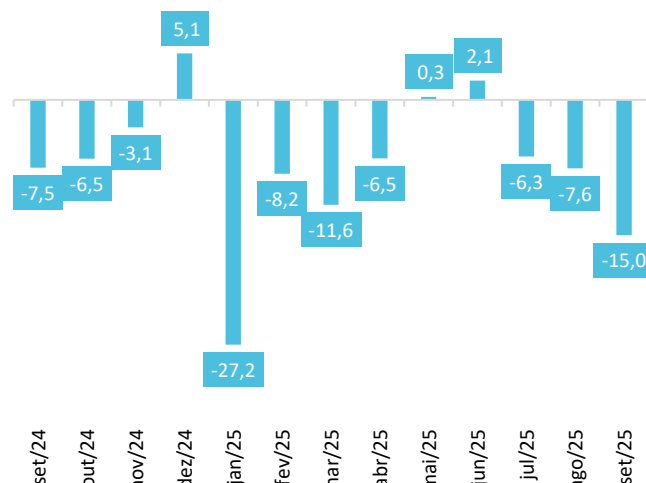
No acumulado do ano, os saques superaram os depósitos na caderneta de poupança em R\$ 79,9 bi (ou -0,63% do PIB). O valor é consideravelmente maior do que o registrado no mesmo período de 2024 (R\$ -12,3 bi; -0,10% do PIB), mas ainda um pouco melhor do que o observado no mesmo período de 2022 e 2023 (-0,93% e -0,80% do PIB, respectivamente).

O saldo da caderneta de poupança, por sua vez, atingiu R\$ 1,010 tri, com queda real de 5,6% ante o fim do ano passado. Em proporção ao PIB, representa 8,1%, patamar próximo ao observado em 2007. Por outro lado, o estoque de outros instrumentos financeiros segue crescendo de forma acentuada. Como exemplo, o saldo das letras de crédito (LCA/LCIs) atingiu 8,7% do PIB (R\$ 1,085 tri) em setembro, já superando os recursos da caderneta. Os recursos depositados nas letras de crédito cresceram de forma significativa nos últimos 4 anos, quando aumentaram 2,5 vezes em proporção ao PIB no período, quando passaram de 3,6% para 8,7%. Deste total, a maior parte corresponde as LCAs, destinada para o crédito rural, cujo estoque está em cerca de R\$ 610 bi (ou 56% do saldo das Letras de Crédito). Já as LCIs, destinadas para os empréstimos imobiliários, possuem atualmente um saldo de R\$ 475 bi (ou 44% do total das Letras). Os depósitos a prazo também mostram crescimento expressivo e já representam 28,0% do PIB (ante 15,0% até fev/20), enquanto a caderneta caiu de 13,6% para 8,1%.

Em resumo, o Relatório de Poupança mostra que a caderneta segue perdendo espaço para outros instrumentos, movimento este reforçado pelo atual cenário econômico, caracterizado por uma alta taxa Selic. Diante disso, o governo divulgou um novo modelo de financiamento para o crédito imobiliário. A [próxima página](#) traz em mais detalhes as mudanças propostas.

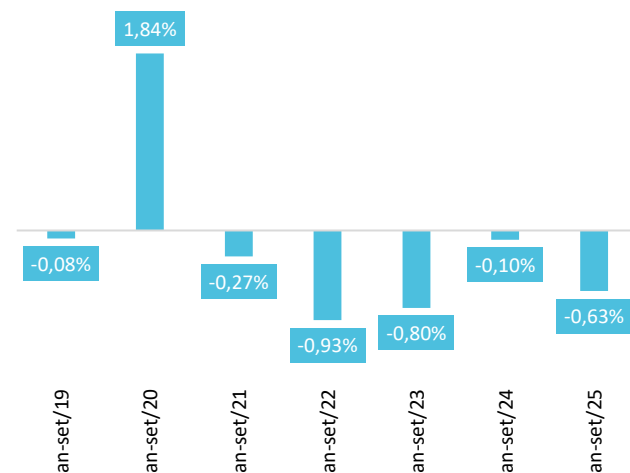
CRÉDITO / BANCOS

Quadro 9: Captação Mensal Líquida da Caderneta de Poupança - Em R\$ bi, ajustado pelo IPCA



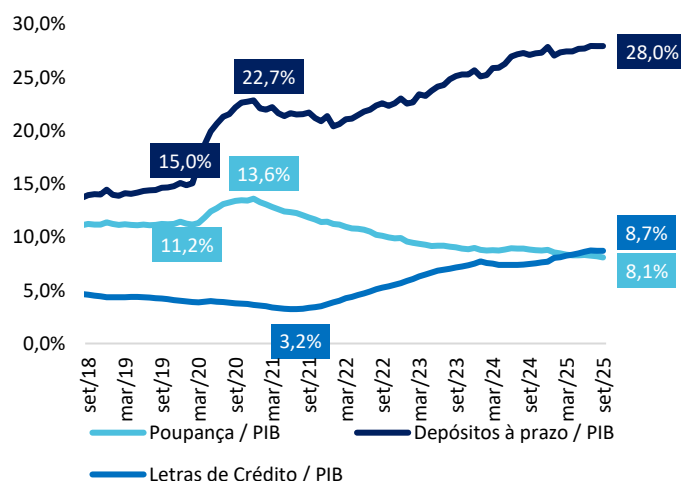
Fonte: Bacen.

Quadro 10: Captação Líquida da Caderneta de Poupança – Acum. Janeiro a Setembro - Em % do PIB



Fonte: Bacen.

Quadro 11: Saldo da Poupança, Letras de Crédito e Depósitos a prazo – Em % do PIB



Fonte: Bacen.

Regulação CMN Crédito Imobiliário

CRÉDITO / BANCOS

CMN e BCB divulgam regulação do novo modelo para o Crédito Imobiliário

O Governo Federal anunciou na última sexta-feira (10) o novo modelo de financiamento para o crédito imobiliário. O objetivo é viabilizar mais recursos para o financiamento habitacional dentro das regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em função da redução estrutural do saldo da caderneta de poupança, principal fonte de *funding* para os financiamentos do SFH. O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB) publicaram três resoluções (duas do CMN e uma do BCB) com as novas regras da modalidade. A seguir, as principais mudanças:

- O novo modelo passará a vigorar a partir de 2027 e os depósitos de poupança continuam como referência para o direcionamento obrigatório ao crédito imobiliário. Contudo, as instituições financeiras deverão usar fontes de mercado (LCIs, LIGs) para sustentar o crescimento da carteira imobiliária.
- Quando já tiverem cumprido a obrigação mínima de direcionamento, os recursos da poupança poderão ser utilizados em outras aplicações mais rentáveis. Com isso, a receita obtida nessas operações subsidiará os juros cobrados dos clientes nos financiamentos habitacionais. Assim, a poupança deixa de ser uma fonte de financiamento e passará a ter a função de equalização dos juros.
- Ampliação gradual da exigência de aplicação dos depósitos de poupança de 65% para 100%, sendo que 80% desse saldo deverá obrigatoriamente ser destinado a financiamentos dentro do SFH, com custo efetivo limitado a 12% ao ano.
- Já a partir de 2026, o teto do valor do imóvel financiado no SFH será atualizado de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões, permitindo também o uso do FGTS em imóveis até esse novo limite.
- Mudança na forma de contabilização do direcionamento das operações: passa-se do saldo contábil até a liquidação da operação para o valor nominal por período fixo (2 a 7 anos), conforme modalidade e condições da operação.
 - Como regra geral, uma operação de crédito imobiliário com prazo de 30 anos ou mais poderá ser computada para fins de direcionamento por 5 anos.
 - Para incentivar a concessão de crédito para a população da classe média baixa, os financiamentos de imóveis com valor inferior a R\$ 1 milhão poderão ser computados por até 7 anos.
 - Financiamentos destinados à produção de imóveis residenciais poderão ser computados por 2 anos.
- Até 5% dos saldos de poupança aplicados em crédito imobiliário poderão ser deduzidos da exigibilidade dos depósitos compulsórios, desde que respeitados os critérios de elegibilidade do novo modelo. Neste caso, a regra prevê que a dedução do cálculo do compulsório ocorrerá apenas a partir de 2027, embora serão consideradas como operações elegíveis todas aquelas contratadas desde a data de hoje (13/out/25).
- Em relação aos contratos atrelados a índices de preços, será incluído um componente adicional de amortização.
- Aplicação do limite de cota de crédito de 60% em operações que compartilhem o mesmo imóvel como garantia.

A seguir, o link das resoluções: [Resolução CMN nº 5.254](#), [Resolução CMN nº 5.255](#) e [Resolução BCB nº 512](#)



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Seleccionados	2025				2026			
	10/10/25	03/10/25	12/09/25	Viés	10/10/25	03/10/25	12/09/25	Viés
IPCA (%)	4,72	4,80	4,83	▼	4,28	4,28	4,30	↔
PIB (% de crescimento)	2,16	2,16	2,16	↔	1,80	1,80	1,80	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	15,00	15,00	15,00	↔	12,25	12,25	12,38	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,45	5,45	5,50	↔	5,50	5,53	5,60	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	10/10/25	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,52	3,44%	3,74%	-10,63%	-1,30%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	158,93	18,01%	16,62%	-26,08%	5,53%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,90	-0,04%	0,00%	20,99%	38,82%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,24	-0,90%	-0,61%	-7,60%	15,08%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,66	0,56%	2,02%	-12,37%	8,57%
Índice Ibovespa (em pontos)	140.680,34	-2,44%	-3,80%	16,96%	8,25%
IFNC (setor financeiro)	15.455,53	-2,26%	-4,73%	30,65%	17,30%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,25	0,00%	0,00%	-5,56%	-15,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,50	-2,08%	-2,96%	-17,45%	-11,52%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,03	-2,11%	-2,85%	-11,04%	-0,70%
Dollar Index	98,87	1,18%	1,12%	-8,56%	-3,99%
Índice S&P 500 (em pontos)	6.552,51	-2,43%	-2,03%	10,93%	13,36%
Índice de ações de bancos – EUA	116,26	-4,82%	-4,49%	-3,20%	4,28%
Índice Euro Stoxx 50	5.531,32	-2,13%	0,02%	13,60%	11,29%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	227,52	-2,85%	-2,55%	56,53%	57,74%
Barrel de Petróleo - tipo Brent (US\$)	62,37	-3,35%	-6,94%	-16,16%	-21,45%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira